

Rejeitada Moção de Censura à Comissão Denunciada irresponsabilidade socialista !



O Parlamento Europeu rejeitou, na sua última reunião plenária, uma **Moção de Censura à Comissão Europeia**.

Com 293 votos contra, 232 a favor e 27 abstenções foi **recusada a censura**.

O grupo socialista **retirou** a sua Moção momentos antes da votação.

Desenvolvimento na pág. 3

Se o ridículo matasse...



No passado dia 14 de Janeiro, por 61 votos, não caiu a Comissão Europeia.

Tudo começou quando o Partido Socialista apresentou uma Moção de Censura com o pretexto de dar a confiança à Comissão.

Se o ridículo matasse não haveria socialistas hoje no Parlamento Europeu.

Por melhores intenções que tivessem, e por mais sinceros que fossem no seu propósito de reforçar a Comissão Europeia reiterando-lhe a confiança, é evidente que a Moção de Censura é o meio mais absurdo de fazê-lo.

Para lá do ridículo, havia o risco. Sabe-se como estes processos começam mas raramente se sabe como acabam. O processo iniciado pelo PS poderia ter levado, de facto, à queda da Comissão Europeia.

No mesmo instante em que, no Canal 1 da RTP Barros Moura, pomposo e solene, afirmava ser mau para Portugal a queda da Comissão Europeia e a instabilidade daí decorrente, estava pendente ainda a Moção de Censura socialista de que ele era um dos subscritores.

Já sabíamos que, no mundo rosa, nada se decide porque tudo se dialoga. Já sabíamos que nem tudo o que dizem é para levar a sério.

Ficámos agora a saber que até o que escrevem e propõem é para entender ao contrário. Notáveis socialistas estes que temos na Europa !

Carlos Miguel Coelho

O fracasso Europeu de Viena

Intervenção de Arlindo Cunha

pág. 2

Livro de Francisco Lucas Pires

Intervenção de Wilfried Martens na Sessão de apresentação

pág. 4

PE debate Angola e Timor-Leste

Intervenções de Mendes Bota e Carlos Coelho

pág. 7

Contacte os Deputados do PSD

Números de telefone, de fax e endereço electrónico dos 9 Deputados do PSD

pág. 8

O Conselho Europeu de Viena foi um fracasso !



Arlindo Cunha: Tudo adiado para a presidência alemã

Arlindo Cunha considerou o Conselho Europeu de Viena o “fiel reflexo da presidência austríaca da União Europeia: **um considerável fracasso**, pese embora os esforços desenvolvidos, especialmente no domínio da reforma da Política Agrícola Comum”.

Para o Coordenador do PSD no Parlamento Europeu, “ao ser **tudo adiado para a presidência alemã**, fica um saldo negativo marcado por um polémico memorando sobre o financiamento da União que conduziria, na prática, a uma redução efectiva de 10% das despesas agrícolas e de 25% dos fundos estruturais”.

Arlindo Cunha defende que “**não devemos ter medo de enfrentar pelo diálogo político os problemas mais delicados que temos que resolver no seio da UE e para os quais teremos que encontrar soluções. É designadamente o caso do financiamento do alargamento da União aos países de Leste e o da correcção dos desequilíbrios contributivos de alguns Estados-membros mais ricos para o orçamento comunitário**”.

“(…)então estamos perante uma grave crise na história da União Europeia, e curiosamente numa época em que 11 entre 15 Primeiros Ministros são socialistas.”

Mas, acrescenta, “*seria politicamente inexplicável que estes dois problemas fossem quase exclusivamente resolvidos à custa dos fundos destinados aos países e regiões mais pobres da actual UE, fazendo letra morta do artigo 2 do Tratado relativo à coesão económica e social*”.

Para Arlindo Cunha “o memorando sobre o financiamento apresentado pela presidência austríaca ao Conselho Europeu de Viena é um documento **politicamente irresponsável** e que não honra quem o elaborou. Ao apresentá-lo, a presidência austríaca sabia muito bem que ele não constituía uma base de trabalho credível por ser profundamente injusto e curto de vistas. Por isso, só posso concluir que o fez por razões táticas, com o objectivo de obrigar os Estados-membros menos prósperos da União a baixar as suas expectativas em relação à Agenda 2000. Porque então, entre uma desgraça e um cataclismo, obviamente a primeira opção seria o menor dos males”.

Por tudo isto, concluiu Arlindo Cunha, “*fica-me a angustiante dúvida se esta posição foi ou não articulada com a próxima presidência do Conselho. Se foi, então estamos perante uma grave crise na história da União Europeia, e curiosamente numa época em que 11 entre 15 Primeiros Ministros são socialistas*”.



Eurico de Melo elabora relatório sobre a reforma das Nações Unidas

A Comissão dos Assuntos Externos, da Segurança e da Política de Defesa do Parlamento Europeu vai debater e votar um importante relatório

do Deputado do PSD, Eurico de Melo, sobre os desafios da governação a nível mundial e a reforma das Nações Unidas.

Prevê-se que a discussão, em plenário, ocorra na sessão do próximo mês de Março.

Em próxima edição da Carta da Europa voltaremos a este tema.

Rejeitada Moção de Censura

Os Deputados do PSD no Parlamento Europeu **votaram contra a Moção de Censura** e contra todas as propostas visando a queda e o enfraquecimento da Comissão Europeia.

Tudo começou quando o **grupo socialista cometeu o erro de apresentar uma Moção de Censura** com o objectivo declarado de dar a confiança (!!!) política à Comissão, na sequência da recusa do Parlamento em aprovar as contas do exercício de 1996 e da publicação em várias imprensas de escândalos de má gestão envolvendo os comissários socialistas **Manuel Marin** e **Edith Cresson**.

A confusão criada pela apresentação irresponsável dessa moção de censura foi patente ao longo de todo este processo, não beneficiando a imagem das instituições comunitárias, em geral, e a do Parlamento, em particular.

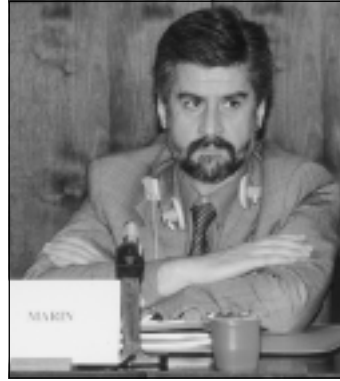
O absurdo foi tanto que **o próprio grupo socialista acabou por retirar a moção** que tinha apresentado, escassos minutos antes da sua votação.

O PSD é favorável a um rigoroso e exaustivo apuramento de responsabilidades em casos de fraude ou de má gestão, por parte de qualquer Comissário ou serviço da Comissão, mas não

Tudo começou quando o grupo socialista cometeu o erro de apresentar uma moção de censura. O absurdo foi tanto que o próprio grupo socialista acabou por retirá-la escassos minutos antes da votação.



Os Comissários socialistas Edith Cresson e Manuel Marin acusados de fraude e má gestão.



confunde os esforços e averiguações em curso com a demissão da Comissão no seu conjunto. Para o PSD é do **interesse do nosso País** que se evite um **clima de instabilidade política e**

institucional, num momento em que a União Europeia discute as grandes opções de política para o futuro e os correspondentes meios financeiros no quadro da Agenda 2000.

A construção de uma Europa solidária onde seja prosseguido um esforço sério de **coesão**

económica e social obriga a uma Comissão atenta ao interesse europeu, capaz de fazer propostas que

O PSD é favorável a um rigoroso e exaustivo apuramento de responsabilidades em casos de fraude ou de má gestão, mas não confunde as averiguações em curso com a demissão da Comissão no seu conjunto.

se não compadeçam nem com egoísmos nacionais, nem com a tentativa de alguns países mais ricos de **fazerem os mais pobres pagar o alargamento europeu.**



Já pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE



Livro de Francisco Lucas Pires

“Amsterdão: Do mercado à sociedade europeia”

Promovida pela Principia, Publicações Universitárias e Científicas, e pelo grupo do PPE, teve lugar, no passado dia 8 de Janeiro, na Torre Vasco da Gama, em Lisboa, a sessão de apresentação do livro de Francisco Lucas Pires, “Amsterdão: do Mercado à Sociedade Europeia?”.

Presentes estiveram familiares e amigos de Francisco Lucas Pires, políticos e jornalistas. Rui Moura Ramos, juiz do Tribunal Europeu de Primeira Instância, fez a apresentação da obra e o Presidente do Partido Popular Europeu, o ex-Primeiro Ministro belga, Wilfried Martens, falou sobre o autor:

Wilfried Martens: “Francisco Lucas Pires: Um Homem Notável”

“Venho a Lisboa para celebrar a memória do meu Amigo e Companheiro Francisco Lucas Pires. Venho, para ler convosco, sua Família, seus Amigos, seus Colegas, seus Companheiros, este seu livro sobre o tratado de Amsterdão, mais uma dádiva valiosa do seu espírito criador, bom, inteligente e atento.

Francisco Lucas Pires é uma das personalidades mais marcantes da integração europeia no final do século XX. O seu país, Portugal, deve-lhe uma acção permanente, exaustiva, apaixonada e reflectida em prol do seu futuro comunitário na Europa. A União Europeia lamenta a perda do primeiro Vice Presidente português do Parlamento Europeu.

Como deputado europeu, Francisco Lucas Pires foi sempre um ardente defensor, um campeão dos interesses de Portugal, sem jamais se desviar um milímetro que fosse das suas convicções de vanguarda favoráveis a mais Europa. Era este aliás o slogan favorito das suas campanhas eleitorais: **Mais Europa**.

Ele entendeu sempre que mais Europa, significa também, necessariamente, **mais Portugal**.

O caminho cumprido até Amsterdão, transportou-nos para uma sociedade nova,

incompleta ainda, mas anunciadora de modernidade, de paz, de progresso económico e social e mesmo de novos e empolgantes desafios para os espíritos mais ousados.

Foi um longo e difícil caminho este. A quase unanimidade que hoje se manifesta nos processos de ratificação do Tratado de Amsterdão, de que o Parlamento português nos deu provas ainda há dois dias, recorda-me que, à partida e mesmo no momento de aceleração, em 1986 e nos momentos seguintes, à volta das mesas de discussão e de negociação em Bruxelas, eram muitos os cépticos e os opositores aos novos avanços que levaram ao Acto Único, ao objectivo 92, ao Tratado de Maastricht, ao Euro, ao Tratado de Amsterdão.



Lucas Pires foi dos primeiros em todos os combates.

Sempre foi assim. Também no Parlamento Europeu, nas sessões públicas, partidárias ou académicas, em todas as ocasiões, quando Francisco Lucas Pires tomava a palavra, fazia-se progressivamente silêncio e todos o escutavam com interesse, com alegria, com emoção.

Quando ele falava, valia a pena, porque tinha sempre alguma coisa única para nos dizer, nova ou dita de uma outra maneira.

Foi um **Homem notável**”.



Arlindo Cunha: Contra a proposta de renacionalização da PAC

Redução dos preços: “As propostas de 15% para a carne bovina e de 10% para os produtos lácteos parecem-me mais aceitáveis que os 30 e 15%, propostos pela Comissão Europeia”.

Reequilíbrio interno da PAC: “reforço da política estrutural, das medidas agro-ambientais e agro-florestais, das ajudas especiais às zonas desfavorecidas, dos apoios aos produtos de qualidade e, em geral, à diversificação económica e ao desenvolvimento rural”.

“Sem este reforço muitos agricultores não terão possibilidades de sobreviver no novo quadro internacional. É designadamente o caso dos sistemas agrícolas menos intensivos e de policultura, os de regiões desfavorecidas e periféricas. Se isto não for feito a PAC não dará uma resposta minimamente equitativa a todos os agricultores da União Europeia”.

Casos específicos: “é preciso afastar uma decisão cega em matéria de critérios para o estabelecimento dos diferentes tipos de quotas, direitos de prémios ou superfícies de referência. Casos muito especiais de países, como Portugal, com um grande atraso estrutural e uma enorme dependência alimentar do exterior, terão de ser tratados de forma selectiva. O uso de critérios de referência históricos, sejam as produtividades sejam as quotas de prémios e ajudas, equivaleria a uma condenação ao atraso estrutural perpétuo, o que seria injusto e inaceitável”.

“A agricultura europeia não constitui uma realidade homogénea. Não pode, por isso, fazer-se uma Reforma da PAC dirigida apenas aos agricultores e agriculturas mais eficientes, que são os que terão menos dificuldades de adaptação e sobrevivência”.

Responder ao défice europeu em oleo-proteínas: “Deve manter-se a diferenciação de ajudas entre os cereais e as oleo-proteaginosas. E também manter uma área de base separada para o milho nos países do Sul, onde esta cultura tem especificidades técnicas muito fortes relativamente aos restantes cereais de regadio”.

Não à renacionalização da PAC: “a opção apresentada pela Comissão para renacionalizar em 25% o financiamento da PAC deve ser retirada da discussão da Reforma. Além de constituir um perigoso alcapão para a renacionalização da própria PAC, o

seu debate neste âmbito estaria deslocado, visto uma tal opção ter sido apresentada no quadro do financiamento dos recursos próprios da União Europeia”.



Mendes Bota reclama melhores condições prisoinais

“Pela sua vertente descritiva da situação deplorável em que se encontra o sistema de encarceramento e detenção na generalidade da União, este relatório tem virtualidades. Todavia, quando entra pelo campo das propostas concretas, derrapa, descarrila, vai por campos que não são os seus.

Poderão invocar-se todos os argumentos sociais, políticos e, até, económicos, para os defensores da despenalização do consumo de drogas ilícitas se justificarem.

Agora, o argumento de que essa despenalização servirá para aliviar a sobrecarga da população prisional, não é aceitável. Esse, é um outro debate.

Por outro lado, colocar os condenados em pé de igualdade com os magistrados na elaboração de um projecto de execução de pena, parece-nos uma proposta aberrante.

Finalmente, não partilhamos das reservas, a nosso ver excessivas, quanto à introdução da gestão privada nos estabelecimentos penitenciários.

Embora partidário de que o Estado deve conservar a tutela do sistema prisional, há serviços ligados à saúde, à higiene, à alimentação e outros, que poderão perfeitamente ser consignados a empresas privadas.

Como português, sinto-me embaraçado pelo facto de Portugal ocupar o lugar cimeiro no ranking das piores condições prisoinais.

Em 15 de Outubro deste ano, Portugal tinha uma população prisional de 14.592 reclusos, entre condenados, preventivos e inimputáveis. A lotação das 52 cadeias portuguesas é de apenas 10.763 lugares.

Se dissermos que 4.111 desses presos são preventivos, muitos deles detidos por períodos superiores ao desejável e ao que a lei estipula, teremos que concordar com o relator, quando aponta a falta de moderação na utilização da detenção provisória, por parte do sistema judicial, como uma das causas principais da sobrelotação prisional, e onde uma medida que deveria ser excepção, se tornou a regra”.



José Mendes Bota: Parcerias do sector público e privado na rede transeuropeia de transportes

“É demasiado evidente a derrapagem na concretização das redes transeuropeias de transportes, já visionada no Livro Branco sobre o Crescimento, a Competitividade e o Emprego, em 1993.

A “camisa de forças” do Pacto de Estabilidade e Emprego levou os Estados-membros a apertar os seus orçamentos e planos de investimento em grandes obras públicas de transporte.

Por outro lado, conscientes do efeito multiplicador deste tipo de investimentos sobre o crescimento económico e a criação de empregos, bem como sobre a coesão interna da União, esses mesmos Estados-membros nunca abandonaram a vontade de avançar.

Como sair então deste impasse? Recorrer às parcerias entre os sectores privado e público, nacionais ou regionais, pode ser uma solução.

Mas atenção! Não se coloque demasiado alta a fasquia de esperança numa solução mágica destas parcerias, porque há muitos projectos, sobretudo nas zonas menos densificadas e mais periféricas da União, que não despertarão a sua cobiça, porque não são pura e simplesmente rentáveis.

Não se trata apenas de alterar o quadro jurídico dos contratos públicos, ou da concorrência, para favorecer os PPP. Isso não chega!

Sem uma vontade política forte por parte da União, os 14 projectos prioritários definidos em Essen, não passarão do papel”.



Helena Vaz da Silva sobre o Quinto Programa-Quadro de IDT

“Francis Bacon disse: “quem não aplique novas soluções deve esperar novos males, pois o tempo é inovador por excelência”. Isto disse um grande europeu há quatrocentos anos. Parece que na Europa ainda estamos a aprender a lição.

A inovação é condição de sobrevivência: ela é o antídoto para a inércia, ela cria novos mercados antes imprevisíveis, ela fomenta uma sociedade mais eficiente e mais humana. Para haver inovação social tem de haver investigação

em áreas de ponta como as biotecnologias, investigação aplicada à indústria, mas também investigação na área socio-económica.

O quinto programa-quadro de IDT adquiriu coerência ao longo do processo de debate com as suas três leituras e longa conciliação, e apresenta-se hoje como um programa equilibrado que merece um amplo apoio. Importa que as perspectivas que este quinto programa-quadro abre para os investigadores, para as empresas e para o bem estar dos cidadãos não venham a ser inviabilizadas pela falta de acordo sobre as perspectivas financeiras da União. O braço de ferro entre os defensores da chamada “estabilização” e os “defensores da coesão” tem de ceder no Conselho perante uma perspectiva global e prospectiva dos interesses em jogo”.



Carlos Pimenta critica o Conselho a propósito do Orçamento para 1999

“Encaramos este voto final sobre o Orçamento de 99 com alguma apreensão. Na sua primeira leitura, em Outubro, o Parlamento Europeu tinha feito um trabalho positivo repondo os créditos necessários a alguns dos principais programas de desenvolvimento regional, social, de combate ao desemprego, de promoção do ambiente e de ajuda humanitária.

Nessa ocasião tínhamos votado uma reserva estratégica que “subia” o valor global do Orçamento de 1999 para um valor mais próximo do previsto de forma a colocar a eventual base de partida do Orçamento do ano 2000 em montantes mais realistas face aos novos desafios do Euro e do alargamento e aos velhos problemas da desigualdade entre regiões ricas e pobres na Europa.

Infelizmente o Conselho não aceitou a reserva estratégica, o que nos cria um quadro de incerteza para o futuro, e, quanto aos Fundos Estruturais, parece ignorar que há atrasos muito grandes nos pagamentos a projectos já terminados, situação inaceitável e que acarreta o descrédito da União Europeia. Em Janeiro de 1988, tivemos que utilizar 230 milhões de contos (1,17 biliões de Ecus) do Orçamento de 98 para pagar o que deveria ter sido pago em 97. Como o cobertor era curto, tapámos a cabeça e deixámos os pés de fora. Ao longo do ano a Comissão andou a fazer malabarismos para pagar os atrasados, não tendo resolvido o problema. Como é que agora alguns querem cortar ou pôr em reserva verbas já hoje em falta?

Finalmente quero declarar o apoio da nossa delegação à criação de mecanismos mais rigorosos de combate à fraude e à má utilização de dinheiros públicos.”



Timor-Leste:

PE defende auto-determinação

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que “*apela uma vez mais ao Governo indonésio para que modifique a sua política imobilista em relação ao problema de Timor-Leste, de forma a que, sob os auspícios da ONU, se possam acelerar as negociações que permitam, tão rapidamente quanto possível, chegar a uma solução do problema de Timor-Leste que assegure a auto-determinação do território mediante eleições livres e justas*”.

O PE exige ainda a “*libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos, designadamente dos que se opuseram à ocupação de Timor-Leste e insta o Governo indonésio a retirar as suas forças militares de Timor-Leste e a suspender a distribuição selectiva de armas*”.

Carlos Coelho: o caminho da História faz-se pelo respeito das pessoas e da Liberdade

“*Discutimos Timor-Leste num momento em que ocorrem 3 factos importantes:*

1º O MAIOR ISOLAMENTO DA INDONÉSIA

Com a alteração da posição oficial do Governo da Austrália relativamente a Timor-Leste, a Indonésia está cada vez mais isolada na sua pretensão de continuar a ocupar militarmente e de tentar forçar a integração de Timor-Leste no seu território.

2º O RECRUESCIMENTO DE ATENTADOS AOS DIREITOS HUMANOS

Depois do atentado contra civis em Alas, em Novembro passado, as notícias que nos chegam de Timor-Leste, mesmo filtradas pela censura das autoridades militares, dão-nos preocupantes sinais de repetidos atentados aos direitos humanos e da criação de milícias populares armadas pelos militares tentando, pela força, semear o terror junto dos que se opõem à integração na Indonésia.

3º A RECUSA DA DESLOCAÇÃO DESTE PARLAMENTO

O Intergrupo em favor de Timor-Leste reuniu e analisou uma carta do Embaixador indonésio recusando o visto aos Deputados europeus para visitar Timor-Leste.

Recusa significativa de quem tem medo deste Parlamento onde se respira a liberdade, a democracia e o respeito pelos Direitos do Homem.”

Angola:

PE condena reinício dos combates

O PE debateu a actual situação em Angola e aprovou uma moção em que “*condena energicamente o reinício dos combates, que constitui um grave recuo no processo de paz, e insta ambas as partes a declararem e aplicarem um cessar-fogo imediato*”. O Parlamento “*recorda aos beligerantes que não há possibilidade de solução militar para o conflito e que somente uma retomada dos acordos de Lusaka permitirá ao povo angolano encontrar novamente a paz e dotar-se de um regime democrático*”.

Na resolução aprovada, o PE exorta as Nações Unidas e a União Europeia a “*manterem uma forte pressão internacional sobre a UNITA, particularmente através de uma aplicação mais estrita de sanções mais rigorosas*”.

O Parlamento Europeu “*condena o facto de terem sido abatidos aviões das Nações Unidas que transportavam equipamentos e ajuda humanitária*”.

Mendes Bota: O esgotar da paciência

“*Petróleo e diamantes!*

Queira-se encontrar o combustível de que se alimenta, há um quarto de século, a guerra civil angolana, e todos os caminhos vão dar aí.

A pobreza e a miséria do povo angolano fazem a prosperidade dos traficantes de armas, e dos políticos corruptos.

A guerra reacendeu-se das cinzas do Protocolo de Lusaka, mostrando à evidência o falhanço da missão de observação da ONU, encarregada de velar pela sua concretização.

Do lado governamental, todos o sabemos, campeia a corrupção e a incompetência. Mas o culpado maior de toda esta carnificina tem um nome: chama-se UNITA!

Não desarmou nem facilitou a extensão da administração pública.

Desrespeitou todos os acordos e todas as anteriores Resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

A paciência da comunidade internacional está nos limites. Há poderosos interesses económicos e geo-estratégicos que alimentam esta máquina de guerra. Chegou a altura de gritar: BASTA!



PE aprova relatório de Manuel Porto sobre o Acordo com a Coreia

Em sessão plenária, o Parlamento Europeu aprovou um relatório do Deputado do PSD, Manuel Porto, dando parecer favorável à conclusão de um acordo-quadro de comércio e cooperação entre a União Europeia e a República da Coreia.

Manuel Porto considera que a “*União Europeia deveria assistir a Coreia na sua reestruturação económica para que esta possa retomar o mais rapidamente possível um papel activo no desenvolvimento da economia e comércio globais e que a crise no Extremo Oriente obrigou a Coreia a empreender reformas que, em parte, já deveriam ter sido feitas e que correspondem às exigências europeias para o acesso ao mercado, transparência, bom governo, competência leal e, por fim, direitos humanos e laborais*”.

Mesmo se os progressos realizados nestes sectores são desiguais, Manuel Porto considera que o Parlamento Europeu deve dar um sinal positivo aprovando o projecto de acordo-quadro.

Os Deputados do PSD

Eurico de Melo

Telf: (32.2) 2845364
Fax: (32.2) 2849364
e-mail: EDeMelo@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 2845381
Fax: (32.2) 2849381
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Pimenta

Telf: (32.2) 2845373
Fax: (32.2) 2849373
e-mail: CPimenta@europarl.eu.int

Manuel Porto

Telf: (32.2) 2845372
Fax: (32.2) 2849372
e-mail: MPorto@europarl.eu.int

Helena Vaz da Silva

Telf: (32.2) 2845538
Fax: (32.2) 2849538
e-mail: HVazSilva@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 2845374
Fax: (32.2) 2849374
e-mail: CCostaNeves@europarl.eu.int

Nélio Mendonça

Telf: (32.2) 2845371
Fax: (32.2) 2849371
e-mail: NMendonca@europarl.eu.int

José Mendes Bota

Telf: (32.2) 2845362
Fax: (32.2) 2849362
e-mail: JMendesBota@europarl.eu.int

Carlos Miguel Coelho

Telf: (32.2) 2845551
Fax: (32.2) 2849551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int



De 4 a 6 de Fevereiro reúne, em Bruxelas, o **Congresso do Partido Popular Europeu.**



De 8 a 12 de Fevereiro reúne, em Estrasburgo, o **plenário do Parlamento Europeu.**



Nos dias 19 e 20 de Fevereiro, reúne, em sessão extraordinária, na cidade do Porto, o **Congresso do PSD** para aprovação das “linhas programáticas da Aliança Democrática”.



De 10 a 13 de Junho realizam-se as **ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU.**

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes**

rue Wiertz - LEO 13E153 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551